

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), cuja estrutura foi estabelecida pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituída pelo Escritório do Secretário Executivo e pelos seguintes departamentos: Acompanhamento, Políticas e Programas; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Comércio, Turismo e Competitividade; Desenvolvimento Sustentável; e Desenvolvimento Social e Emprego.

Escritório do Secretário Executivo

A SEDI, por intermédio de seu Escritório Executivo, continuou em 2005 a prestar apoio aos órgãos políticos no âmbito do CIDI mediante uma coordenação efetiva com os diferentes escritórios da Secretaria. Continuou também a se dedicar à implementação de programas e à mobilização de recursos externos em apoio aos esforços envidados pelos países em prol de seu desenvolvimento e do progresso da região.

As principais iniciativas deste ano, uma época de transição institucional, são representadas pelas ações abaixo descritas, de cada um dos departamentos, seções e programas. Cumpre ressaltar a consolidação do Programa de Inovações e Alianças para o Desenvolvimento como nova estratégia de cooperação horizontal entre os governos da região, que propicia maior participação do setor privado e a oportunidade de com ele implementar acordos.

Novos mecanismos de cooperação

As iniciativas constantes do Programa de Inovações e Alianças se baseiam em três pilares: cooperação horizontal, participação do setor privado e capacitação de recursos humanos. Os projetos focalizam principalmente os temas governo eletrônico e desenvolvimento municipal, mas também se ocupam de outros temas como responsabilidade social da empresa e reciclagem de computadores. As atividades executadas contam com o apoio de diferentes áreas da Secretaria-Geral. O Programa recebe assistência da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), do Instituto para a Conectividade nas Américas (ICA) e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os resultados da área de governo eletrônico se centraram principalmente nas atividades da Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (GEALC) e na capacitação on-line em governo eletrônico. A Rede GEALC foi consolidada e dela participam representantes de 31 países. A Rede dispõe de um portal (www.redgealc.net) e de dois facilitadores regionais. Como parte de suas atividades, foram mobilizados 14 especialistas de 12 países com vistas à organização de dois workshops de governo eletrônico no Caribe (Trinidad e Tobago) e Ottawa, em que se reuniram, respectivamente, 13 e 29 gerentes de governo eletrônico dos diferentes países da América e do Caribe.

Quanto a capacitação, ao se encerrar o ano de 2005, mais de 1.000 pessoas de todas as sub-regiões da OEA haviam sido capacitadas por meio do curso on-line de governo eletrônico. A colaboração estratégica com o ICA foi consideravelmente intensificada em 2005 mediante seu apoio à maioria das atividades de governo eletrônico. O acordo com a Microsoft possibilitou que se prestasse assistência a atividades de governo eletrônico de governos da região.

Como parte das atividades do programa Municípios Eficientes e Transparentes (MuNet), após o workshop sobre governo eletrônico no plano municipal (Caracas), foi iniciado o trabalho direto com 21 municípios das regiões andina e centro-americana, com vistas à formulação de estratégias de governo eletrônico, com a ajuda de consultores locais. Essas estratégias já foram formalmente apresentadas aos prefeitos em 70%

dos municípios participantes. Duzentos funcionários desses municípios foram capacitados por meio do curso de governo eletrônico acima mencionado. A SEDI criou um portal municipal de governo eletrônico, e-Muni, que os municípios do programa MuNet vêm testando e que possibilitará sua incorporação à sociedade da informação mediante a implementação de iniciativas específicas de governo eletrônico.

Além disso, a área de desenvolvimento municipal concentrou-se nas atividades do programa MuNet, que busca o fortalecimento da capacidade municipal nos temas cadastro/registro e governo eletrônico, com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do acordo com a Stewart Information International.

O Programa MuNet expediu convocação para a entrega de propostas na área de cadastro e registro, para recebimento de fundos semente destinados a trabalhos a serem iniciados em 2006. Cinco países foram selecionados: Costa Rica, El Salvador, Equador, Peru e Venezuela. No que diz respeito a intercâmbio de informações, foi produzido um CD com o relatório do workshop da OEA sobre cadastro e registro, realizado em 2004, do qual foram distribuídas mais de 500 cópias. Com o apoio do ICA, foi criado um grupo virtual de discussão sobre cadastro e registro, com a participação de mais de 160 especialistas e profissionais de toda a América Latina e o Caribe. No âmbito da capacitação do MuNet, com o apoio de especialistas da região e da Prefeitura de Gijón, Espanha, foi produzido um CD do curso de auto-estudo “Gestão Cadastral”, com a finalidade de contribuir para o melhoramento da gestão governamental. Mais de 500 cópias do CD foram distribuídas a municipalidades, associações municipais e outros organismos da região. Finalmente, o acordo com a Stewart Information International possibilitou a implementação de um sistema integrado de informação geográfica de cadastro/registro e arrecadação fiscal em Antígua e Barbuda. Este projeto foi apresentado aos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) em setembro, a fim de serem analisadas as possibilidades de reproduzi-lo nessa sub-região caribenha.

No âmbito do programa *Computers for Communities*, apoiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento (ACDI), a OEA, em colaboração com o ICA e o Ministério da Indústria do Canadá (IC), coordenou um último workshop regional para o Caribe, em Kingston (fevereiro de 2005). A iniciativa dispõe de um portal que presta informações e facilita o intercâmbio de experiências (www.cpc-cfc.net).

No que se refere ao tema responsabilidade social da empresa, o programa executado em conjunto pela AICD e pelo Foro EMPRESA, aprovado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), do BID, e pela ACDI, consolidou suas operações em 2005 com atividades de capacitação para grupos e empresas membros, especialmente nos países piloto (Chile, Peru, Brasil, El Salvador), além de divulgar informações sobre responsabilidade social da empresa em toda a região.

Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas

O Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas (DSPP), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído por duas seções: Acompanhamento das Reuniões Ministeriais, que atua como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), e Avaliação de Programas e Projetos, responsável pela administração e avaliação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) e por outros projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento.

Acompanhamento das Reuniões Ministeriais

A seção coordenou as atividades de acompanhamento dos mandatos decorrentes da Assembléia Geral e da Décima Reunião Ordinária do CIDI, bem como dos aprovados nas diversas reuniões setoriais, no nível tanto ministerial quanto de comissões interamericanas.

Em colaboração com outras dependências da Secretaria-Geral, planejou, coordenou e apoiou os trabalhos preparatórios e a realização das seguintes reuniões setoriais: Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Educação; Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia; e Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. Consta da seção correspondente às atividades de cada área da SEDI uma relação mais completa dos acordos aprovados pelos Estados membros em cada uma das reuniões mencionadas.

Como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), planejou e coordenou a Décima Reunião Ordinária do CIDI. Em preparação para esta reunião, o DSPP organizou as reuniões dos diversos órgãos e elaborou os relatórios e documentos técnicos sobre os temas de sua competência; também contribuiu para o intercâmbio de informações especializadas vinculadas a políticas de cooperação nas áreas prioritárias do Plano Estratégico constantes da agenda do CIDI.

Finalmente, a seção teve a seu cargo o apoio ao trabalho da Junta Diretora da AICD mediante o processamento de consultas eletrônicas relativas à gestão dos projetos de cooperação técnica financiados com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

Avaliação de Programas e Projetos

- Programação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2004

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) preparou o documento “Proposta Preliminar de Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2004”, que abrange 109 propostas de projetos apresentadas por 31 países membros. O montante das solicitações para esse projeto foi de US\$11.863.018. O total de contribuições dos Estados membros para o FEMCIDI 2004 foi de US\$7.873.028,80.

O documento de proposta de programação, juntamente com a documentação pertinente aos projetos nele incluídos (proposta completa, relatórios de andamento, planos de trabalho etc.), foi encaminhado no início do ano às Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). A reunião das CENPES correspondentes ao ciclo de programação FEMCIDI 2004 foi realizada de 3 a 5 de maio de 2005. Os 33 membros das oito Comissões avaliaram os projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD suas recomendações sobre os projetos que deveriam ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

O documento “Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2004”, do qual constam as recomendações da reunião das CENPES, foi aprovado pela Junta Diretora da AICD em junho de 2005. Noventa e dois projetos, 52 multinacionais e 40 nacionais, foram aprovados, num montante total de US\$7.598.967,52. Para o financiamento do ciclo de programação FEMCIDI 2004 a Junta Diretora autorizou, além do uso das contribuições líquidas para o FEMCIDI 2004, a utilização de juros acumulados entre janeiro de 2004 e abril de 2005, fundos não programados e parte da Conta de Reserva FEMCIDI 2002.

Especificam-se a seguir o número de projetos financiados por conta e a distribuição dos recursos concedidos:

- Comércio: 9 projetos no total de US\$815.575
- Desenvolvimento social: 15 projetos no total de US\$1.061.280
- Educação: 27 projetos no total de US\$2.363.005

- Cultura: 3 projetos no total de US\$126.048,52
- Ciência e tecnologia: 16 projetos no total de US\$1.601.000
- Democracia: 4 projetos no total de US\$122.779
- Turismo: 6 projetos no total de US\$622.679
- Meio ambiente: 11 projetos no total de US\$819.917
- Desenvolvimento integral: 1 projeto no total de US\$66.583

Quanto aos projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2004, a Junta Diretora aprovou que seu período de execução fosse de meados de 2005 a novembro de 2006. Por ser este um período de execução mais extenso do que o habitual, de 12 meses, a Junta também decidiu que esse período não poderá ser prorrogado. A SEDI colaborou com a área de assessoramento jurídico da Secretaria-Geral na atualização dos instrumentos jurídicos (acordos e memorandos de execução) que regem a administração e execução dos projetos, bem como com as instituições executoras na preparação dos planos de execução que cada projeto deve apresentar a fim de receber o primeiro desembolso de recursos. Até meados de fevereiro de 2006, haviam sido desembolsados US\$3.087.058,81 para todos os projetos em execução.

- Execução FEMCIDI 2003 e FEMCIDI 2002

Em novembro de 2004, a Junta Diretora da AICD autorizou a prorrogação do período de execução de 73 projetos financiados pelo FEMCIDI 2003 e de dois projetos financiados pelo FEMCIDI 2002. A data de encerramento desses projetos foi determinada caso a caso e variou de fins de janeiro a fins de dezembro de 2005. Não houve possibilidade de solicitação de nova prorrogação, motivo por que a execução desses projetos se encerrou em dezembro de 2005.

A SEDI prosseguiu, com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros, o trabalho relativo ao monitoramento da elaboração e análise dos relatórios de andamento, prestou apoio às instituições executoras em casos em que apresentaram dificuldades para a coordenação de ações, em especial com respeito a projetos multinacionais, processou as transferências de recursos e analisou os relatórios finais recebidos.

- Capacitação em formulação de projetos

Prosseguiu a colaboração com os Estados membros na capacitação de pessoal no uso dos instrumentos necessários à formulação de projetos de cooperação multinacionais e nacionais que solicitam recursos de organismos internacionais de financiamento e de organismos regionais e nacionais de cooperação. Em 2005, foram realizados workshops destinados a funcionários governamentais e de organizações não-governamentais, em Honduras, Santa Lúcia, Panamá, México, Venezuela e Uruguai, nos quais foram capacitadas mais de 200 pessoas.

- Avaliação de projetos financiados pelo FEMCIDI

O segundo ciclo de avaliação de projetos financiados com recursos do FEMCIDI foi concluído em maio de 2005. A amostra selecionada para este segundo ciclo abrangeu 38 projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2001 e 2002, cuja data prevista de conclusão se situava entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003 (embora alguns projetos tenham prosseguido em 2004). Na amostra de projetos selecionados foram incluídos alguns de um ano de duração e outros plurianuais. Dos 38 projetos selecionados para serem avaliados pelos consultores independentes, 18 eram multinacionais e 20, nacionais. Vinte deles receberam financiamento de US\$100.000 ou mais.

Cumprir ressaltar que as avaliações mostram que 100% dos projetos avaliados observam um grau de coerência elevado com as políticas e prioridades dos governos, bem como com as prioridades fixadas pelos Estados membros no âmbito da OEA. Embora uma proporção considerável dos projetos (76%) tenha alcançado os resultados previstos, houve entre eles diferenças de grau, ao passo que 24% alcançou os resultados esperados, mas de maneira mais limitada. Também se pode afirmar que em grande medida (86%) esses projetos utilizaram adequadamente os recursos a eles proporcionados e que a relação entre seus custos e resultados foi razoável. No que se refere à sustentabilidade, não obstante essa categoria continuar a ser a mais frágil de todas as avaliadas (somente em 63% dos casos indicou-se que o fluxo de benefícios e impactos prosseguiria uma vez concluído o projeto), registrou-se uma ligeira melhora (5%) com respeito à sustentabilidade dos projetos avaliados no primeiro ciclo.

Como resultado acumulado do primeiro e segundo ciclos de avaliação, a SEDI definiu e agrupou as conclusões em três categorias de fatores: 1) fatores que contribuem para o êxito dos projetos; 2) fatores que dificultam o desenvolvimento ótimo dos projetos; e 3) lições aprendidas (elementos que devem ser levados em conta no melhoramento do processo de planejamento e execução de projetos). A finalidade desses fatores é facilitar o uso das conclusões por parte tanto das instituições coordenadoras e executoras quanto das que apresentem novas propostas de projetos e da Secretaria, de maneira que se possa melhorar a formulação e execução dos projetos e suas perspectivas futuras de sustentabilidade. Por esse motivo, dividiu-se cada uma das três categorias em subcategorias, considerando-se a formulação, a administração e a execução e a sustentabilidade dos projetos. Por conseguinte, e atendendo a instruções da Junta Diretora da AICD, esta informação foi transmitida aos Órgãos Nacionais de Ligação (ONEs), aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e às instituições que coordenam os projetos ou deles participam, para que seja utilizada no decorrer da fase de formulação de novos projetos e levada em conta na etapa de execução.

O terceiro ciclo de avaliação foi iniciado pela SEDI no segundo semestre de 2005 com a seleção de uma amostra de 27 projetos financiados pelo FEMCIDI 2002 e 2003. Os consultores independentes concluirão seu trabalho com a entrega dos relatórios nos primeiros meses de 2006, oportunidade em que os resultados das avaliações serão levados ao conhecimento dos Estados membros. O relatório com a análise dos resultados do terceiro ciclo será apresentado à Junta Diretora da AICD em meados de 2006.

Departamento de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

O Departamento de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (DECCT), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído por duas seções: Educação e Cultura (SEC) e Ciência e Tecnologia (SCT).

Educação

A Reunião Ministerial de Educação foi realizada pela primeira vez no Caribe. A Quarta Reunião, que teve sede em Trinidad e Tobago (Scarborough, 11 e 12 de agosto de 2005), aprovou por consenso a Declaração de Scarborough e os Compromissos de Ação, que traduzem as prioridades em ações concretas para os próximos dois anos. No dia anterior, havia sido organizado com o BID um seminário de alto nível sobre “Educação para a Democracia: Uma Agenda para a Ação”. Anteriormente ao seminário foram realizadas uma reunião preparatória (12 e 13 de maio de 2005), um diálogo virtual com organizações da sociedade civil moderado pela Organização Universitária Interamericana (OUI) e uma reunião de organizações internacionais comprometidas com a educação nas Américas.

A SEC, na qualidade de Secretaria Técnica, organizou a Quarta e Quinta Reuniões de Autoridades e a reunião da Comissão Executiva da Comissão Interamericana de Educação (15 e 16 de fevereiro e 8 e 9 de novembro de 2005), apoiando e incentivando seus trabalhos. Nas reuniões foi examinada a situação dos

projetos e atividades na esfera da CIE e o OECT apresentou um plano de trabalho preliminar 2005-07 baseado nos Compromissos de Ação da Quarta Reunião Ministerial.

Com referência ao apoio e assistência aos projetos hemisféricos e de Cúpula, os três projetos hemisféricos financiados pelo FEMCIDI nas áreas de equidade e qualidade, aperfeiçoamento docente, educação de nível médio e certificação de qualificação profissional, progrediram, apesar de diversos obstáculos operacionais e de comunicação, decorrentes de mudanças nos ministérios e países coordenadores. Prosseguiu a prestação de assistência técnica, de acordo com as solicitações recebidas.

No que se refere aos projetos de Cúpula, o Projeto Regional de Indicadores Educacionais (PRIE) continuou a coletar e a analisar os dados dos Estados membros relativos ao desempenho de seus sistemas educacionais e lançou seu Relatório do Panorama Educacional 2005. Em julho, o OECT participou da reunião de países coordenadores e assumiu a concepção e desenvolvimento da página na Web: www.prie.oas.org.

A Segunda Reunião do Foro Hemisférico de Educação (Brasília, 13 a 15 de junho de 2005), cujo objetivo é aprimorar a avaliação dos resultados educacionais nos Estados membros, teve a participação de 22 países, bem como do município de Quito, Equador, de peritos técnicos do PRIE e de representantes de organizações internacionais, de autoridades nacionais e internacionais e de observadores.

Quando ao tema Educação de Valores e Práticas Democráticas, em colaboração com o Ministério da Educação da Colômbia, foi organizado o Workshop Internacional de Qualificação da Cidadania, em Bogotá (25 a 28 de abril de 2005), cujo objetivo era promover uma análise do programa de qualificação do cidadão desse país.

Na Quarta Reunião Ministerial de Educação, os países aprovaram a criação do Programa Interamericano de Educação de Valores e Práticas Democráticas, com três componentes: 1) pesquisa; 2) aperfeiçoamento profissional e recursos educacionais; e 3) intercâmbio de informações. O Programa Interamericano será coordenado pela SEC, em cooperação com o Departamento para a Promoção da Democracia (OPD).

No que se refere à educação infantil inicial, a SEC prestou assistência técnica contínua aos Ministérios da Educação e às organizações internacionais neste campo. Em setembro de 2005, juntamente com a Unidade da Infância e Juventude, da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, e a Unidade de Avaliação da Educação, do BID, a SEC apoiou o “Simpósio Mundial de Desenvolvimento Infantil Precoce: Uma Prioridade para um Crescimento Sustentado”, com a finalidade de assegurar uma representação dos países da América Latina e do Caribe, mediante a participação de especialistas em avaliação de programas de educação inicial da região. Antes foram convocados os diretores nacionais de educação inicial e currículo para participar de um congresso internacional sobre o tema.

Cultura

O principal componente do Plano de Trabalho 2003-05 da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) e do Plano de Ação do México, aprovado pela Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura (México, agosto 2004), é o Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC). Como primeiro passo para a construção dessa infra-estrutura, foi criada a Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Observatórios de Políticas Culturais, constituída no decorrer de sua primeira reunião (Washington, 24 de agosto de 2005). A Rede procura promover o intercâmbio entre entidades afins na região e vem discutindo sua estrutura definitiva, ao mesmo tempo que efetua um levantamento para conhecer os temas, os problemas e o funcionamento dos observatórios culturais da região.

Foi realizada uma reunião de coordenação com o Convênio Andrés Bello e os países sede dos workshops sub-regionais sobre sistemas de informação cultural (Canadá, Chile e México) para, levando em conta as necessidades concretas de cada sub-região, definir um piso comum quanto a temas e metodologia. Os workshops se realizam a partir de março de 2006.

Na área da cooperação horizontal foi realizado o workshop "Projetos Integrais de Conservação e Desenvolvimento de Comunidades" (México, 19 a 23 de setembro de 2005), com o objetivo de compartilhar a experiência do México de envolver as comunidades na conservação e manutenção de seu patrimônio.

A Segunda Reunião da CIC (Washington, 24 e 25 de agosto de 2005) procurou definir seu Plano de Trabalho 2005-07, centrando-se para tanto em quatro temas principais: i. diversidade cultural e desenvolvimento sustentável; ii. infra-estrutura de informação cultural; iii. recomendações da sociedade civil à Segunda Reunião Ministerial de Cultura; e iv. Terceira Reunião Ministerial de Cultura. A CIC apresentou um parágrafo sobre a importância da diversidade cultural, que foi incorporado à Declaração de Mar del Plata.

Também nesse período foram eleitas as novas autoridades da CIC (2005-07), que ficou assim constituída: Canadá (Presidência), Brasil e Guatemala (Primeira Vice-Presidência) e Estados Unidos e Jamaica (Segunda Vice-Presidência). Solicitou-se às autoridades que preparassem o Plano de Trabalho, que no momento em que se conclui este relatório circula entre os Estados membros. O Canadá fez oferecimento informal de sede para a próxima Reunião Ministerial de Cultura, a ser realizada em Montreal no segundo semestre de 2006.

Ciência e Tecnologia

Em matéria de tecnologias da informação e redes avançadas, os esforços visaram a interconexão, com o objetivo de facilitar o acesso à nova geração de aplicações e tecnologias de Internet avançada na região, em diversas atividades e foros. Estreitaram-se os vínculos de cooperação com diferentes instituições, inclusive a Fundação Nacional de Ciências (NSF), o BID, a Internet2 e o Instituto Nacional da Saúde, e promoveu-se o fortalecimento da Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas (CLARA) e o diálogo entre esta rede, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e o Caribe (CRECTEALC), assinando-se, ademais, o acordo de cooperação OEA/CRECTEALC. Também se promoveu a criação de indicadores de ciência e tecnologia.

Colaborou-se com a CITEL na área da conectividade para a pesquisa científica e avançada, a ser considerada pelos países como parte da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito, bem como na avaliação de cursos de curta duração para a região.

No tema gênero e ciência e tecnologia colaborou-se com o Gender Advisory Board da UNCSTD, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e a Cátedra Regional UNESCO - Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina, em ações destinadas à incorporação da perspectiva de gênero a programas e políticas de ciência e tecnologia. Também se colaborou na preparação do Relatório Internacional sobre Ciência, Tecnologia e Gênero (IRSTG-2006), da UNESCO-Paris, apoiou-se a participação de entidades chave nesse tema no diálogo com a sociedade civil na preparação da Quarta Cúpula e participou-se de diversos encontros e reuniões com instituições nacionais e regionais com vistas à análise da cooperação no melhoramento da educação de mulheres cientistas, destacando-se a Segunda Conferência Internacional de Mulheres na Física, da IUPAP.

Foram realizados cursos eletrônicos sobre ciência, tecnologia e sociedade com a contribuição do enfoque de gênero, organizados pela Cátedra Regional UNESCO e desenvolvidos na plataforma do Portal Educacional das Américas, da OEA.

Juntamente com a Agência dos Estados Unidos para o Comércio e o Desenvolvimento e a Federação Mundial de Organizações de Engenharia, e com o co-patrocínio de empresas privadas, foi realizado o simpósio “Engenharia para as Américas” (Lima, novembro de 2005), que reuniu numerosos participantes de 24 Estados membros e lançou as bases do movimento intersetorial para o melhoramento da formação em engenharia e tecnologia nas Américas.

Em reunião realizada em janeiro de 2006, formulou-se um plano estratégico para a implementação das recomendações do Simpósio. A iniciativa “Engenharia para as Américas” procura estabelecer um mecanismo para a promoção de reformas educacionais no plano regional, que, considerando as necessidades do setor produtivo, prepare os novos engenheiros com base em sistemas de acreditação transparentes, que favoreçam a mobilidade profissional, os níveis de investimento e a integração regional.

Proseguiu o acompanhamento das atividades relacionadas com o projeto multilateral do FEMCIDI “Capacitação para o uso seguro e sustentável da biotecnologia agrícola na América Latina e no Caribe”. Prestou-se assessoramento no uso da biotecnologia pelo programa do Fundo para Jovens Empresários das Américas (YABT) e pelos jovens cientistas da região.

Quanto aos serviços tecnológicos, como Secretaria Executiva do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), continuou-se a apoiar seu fortalecimento e o fortalecimento da Cooperação Interamericana de Acreditação. Prestou-se assessoramento e assistência técnica à realização da Décima Primeira Assembléia Geral do SIM (Trinidad e Tobago, outubro de 2005) e das reuniões de seu Conselho. Também prosseguiu o acompanhamento e a prestação de assistência técnica ao projeto de metrologia química e acreditação patrocinado na região pelo governo alemão, por intermédio da PTB. Esses esforços estão voltados para o apoio às PMEs, gerando emprego e melhorando a competitividade.

Na área de materiais e nanotecnologia, deu-se apoio ao fortalecimento da Colaboração Interamericana de Materiais (CIAM) e participou-se de sua atividade anual co-patrocínada pela NSF e pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México. Foram coordenadas ações com os países integrantes da CIAM interessados em colaborar na implementação da iniciativa hemisférica correlata.

No que se refere à promoção da participação da sociedade civil, em coordenação com a Secretaria de Cúpulas, envidaram-se esforços por promover e facilitar a participação e a contribuição de organizações da sociedade civil vinculadas à ciência-tecnologia-engenharia-inovação-educação em ciências (CTIIEC) no processo de diálogo deste setor no âmbito da preparação da Quarta Cúpula das Américas. Dentre os esforços que alimentaram os diálogos da sociedade civil em reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), da Assembléia Geral e da própria Cúpula, destaca-se a participação em cinco importantes eventos hemisféricos.

Também se apoiou o desenvolvimento de jornadas ibero-americanas nos temas tecnologias convergentes nano-bio-info-cogno, energia fotovoltaica e ressonância magnética nuclear, por meio de cursos de curta duração para profissionais da região, co-patrocínados pela OEA, pelo Programa CYTED e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Foi lançada a segunda edição da publicação Ciência, Tecnologia, Engenharia e Inovação para o Desenvolvimento: Uma Concepção para as Américas no Século XXI, que apresenta parte do processo preparatório da Primeira Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia no âmbito do CIDI.

Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade

O Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade (DCTC), estabelecido pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído pelas seguintes seções: Comércio; Competitividade e Pequena Empresa; Turismo; e Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE).

Comércio

Esta área apóia os Estados membros, especialmente os de economias menores, no fortalecimento de sua capacidade institucional e em matéria de pessoal, a fim de que participem da implementação e administração de acordos comerciais e se beneficiem de mercados ampliados e aumentos nos fluxos de investimento.

No período 2005-06, foram desenvolvidas atividades nas seguintes modalidades:

- Apoio aos processos de negociação e implementação de acordos comerciais.
- Apoio aos Estados membros na formulação, programação e execução de projetos de cooperação horizontal na área de comércio.
- Trabalhos analíticos e estudos de política sobre comércio e outros assuntos relacionados com acordos de comércio e integração no Hemisfério.
- Esforços por aumentar a transparência e promover maior participação da sociedade civil na área de comércio.

Reconhecendo o papel que desempenha o setor privado como motor do crescimento gerador de emprego, o DTTC promove vínculos com esse setor, prestando apoio ao Fórum do Setor Privado da OEA, que se reúne antes da Assembléia Geral e das Cúpulas das Américas com o objetivo de dar andamento ao diálogo público-privado e promover iniciativas concretas vinculadas à agenda de desenvolvimento integral da OEA. Foram duas as atividades realizadas em apoio ao Fórum do Setor Privado. O Primeiro Fórum do Setor Privado, realizado em Fort Lauderdale, Estados Unidos, por ocasião do Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, em junho de 2005, e o Segundo Fórum do Setor Privado, que teve lugar em Buenos Aires, Argentina, em 2 de novembro de 2005, na Quarta Cúpula das Américas, que propiciou um importante espaço de diálogo entre representantes de entidades empresariais – nacionais, regionais e interamericanas – e de empresas e companhias do setor privado das Américas, que formularam suas recomendações aos Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da OEA sobre estratégias para a criação de emprego, a promoção da competitividade e produtividade por meio da educação e da tecnologia e o fortalecimento da governabilidade e da transparência.

O DTTC apóia os esforços dos Estados membros por aumentar a transparência e promover maior participação de setores da sociedade civil mediante diversos projetos e atividades que organiza para jornalistas, parlamentares, acadêmicos e outros grupos interessados.

Competitividade e pequena empresa

No que se refere ao tema competitividade, foram lançadas as bases para a assistência aos Estados membros em seus esforços por projetar, formular e implementar políticas que tenham impacto na competitividade e os prepare para aproveitar os benefícios do comércio. Também se promoveu o diálogo

público-privado interamericano de maneira que as políticas e programas de promoção da competitividade reflitam as necessidades do setor empresarial e redundem em maior prosperidade.

Quanto ao tema pequena empresa, a OEA vem apoiando o desenvolvimento da MPME na América Latina e no Caribe mediante iniciativas multinacionais em qualidade, gestão da inovação, empreendimento, associatividade, gestão de exportações e outras áreas de ação. Procura-se atualmente apoiar um melhor uso de serviços da Internet e meios digitais para ampliar o apoio à MPME nessas áreas de ação, melhorar seu acesso aos mercados de compras governamentais e levá-la a competir nos mercados internacionais.

No período a que se refere este relatório as atividades se centraram no seguinte:

- Fortalecimento da capacidade das MPMEs e da estrutura institucional que as apóia de fazer melhor uso de serviços da Internet e meios eletrônicos, a fim de fortalecer a competitividade para o comércio e o desenvolvimento. Neste primeiro ano as ações se voltaram para a definição de serviços acessíveis através da Internet e se realizam num espaço de colaboração entre governo, associações de MPMEs e organismos técnicos que prestam serviços empresariais e outros à MPME. A aprendizagem foi iniciada com o uso de serviços da Internet e meios eletrônicos para a criação de empresas, associação e encadeamento, gestão de exportações e participação competitiva da MPME em compras governamentais.
- Estratégias para o desenvolvimento da E-MPME. Análise de lições aprendidas e melhores práticas simultaneamente ao desenvolvimento de ações piloto na formulação de estratégias para o desenvolvimento da E-MPME, ou seja, da capacidade da MPME de utilizar serviços disponíveis eletronicamente, como o de governo eletrônico, e participar do comércio eletrônico.
- O programa de compras governamentais procura contribuir para a eficácia, eficiência e transparência das aquisições e contratações públicas nos Estados membros da OEA.

As atividades deste programa no período 2005-06 são descritas a seguir.

- Fortalecimento da capacidade das instituições responsáveis pelas compras governamentais nos Estados membros da OEA, com vistas à formulação de estratégias e programas destinados a melhorar os processos e sistemas de compras governamentais, em especial mediante o uso de sistemas eletrônicos de compras através da Internet.
- Apoio às iniciativas da Rede Interamericana de Compras Governamentais, dirigida pelas autoridades nacionais de compras governamentais, de que também participam organizações do setor privado e a sociedade civil.
- Organização da cooperação quanto às prioridades de ação estabelecidas pelas autoridades de compras, dentre as quais se destacam a formulação de estratégias para o desenvolvimento de compras governamentais eletrônicas e a modernização em geral, a participação da MPME em compras, bases para a harmonização de práticas de compra e formação profissional e capacitação de administradores e responsáveis por compras governamentais.

Turismo

Nesta área apóia-se o diálogo político e técnico interamericano para o desenvolvimento do turismo, bem como a ação conjunta em projetos e atividades multinacionais, com especial atenção para o desenvolvimento da pequena empresa turística, da segurança e do bom manejo ambiental, desse modo

procurando contribuir para a competitividade dos destinos turísticos da América Latina e do Caribe nos mercados internacionais. As atividades se centraram em:

- Apoio à realização dos Congressos Interamericanos de Turismo, reunião de nível ministerial que se realiza no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA.
- Gestão de qualidade e comercialização na micro, pequena e média empresa turística (MPME turística), em especial em pequenos hotéis. Destacam-se os aspectos vinculados ao estabelecimento de normas, capacitação e certificação, bem como a associação e encadeamento para a comercialização pela Internet e o uso de meios eletrônicos. A gestão de qualidade abrange a gestão ambiental e de segurança. Este foi o eixo central de ação no Caribe e na América Central nos últimos anos.
- Preparação para a redução do impacto de desastres naturais e causados pelo homem, que influenciem a infra-estrutura turística da CARICOM, e para o processo de recuperação desses desastres. Trata-se de um projeto novo no Caribe.
- Estratégias de promoção do desenvolvimento da MPME turística. Este novo projeto guarda relação com os mandatos sobre apoio ao desenvolvimento da MPME turística e mais especificamente sobre apoio à formação profissional, capacitação e uso de serviços na Internet e meios digitais. As consultas com autoridades e técnicos dos países recomendam que se dê prioridade inicial ao fortalecimento da capacidade nacional para a preparação de estratégias e aos aspectos de qualidade, associatividade e comercialização.

Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O SICE compila e divulga em sua página na Internet informação sobre comércio e integração econômica. Tem por objetivo proporcionar informação atualizada e completa sobre comércio no Hemisfério, nos quatro idiomas oficiais da OEA. Desde que o conteúdo do SICE foi disponibilizado em sua página na Web (www.sice.oas.org), o número de usuários aumentou de maneira regular, chegando em 2005-06 a uma média de mais de 6.000 visitantes por dia.

O SICE dispõe de documentos relativos aos seguintes temas: acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; processo da ALCA; arbitragem comercial; comércio eletrônico; política de concorrência; propriedade intelectual; barreiras técnicas ao comércio; serviços; instituições relacionadas com o comércio; informação geral sobre os países; empresas e câmaras de comércio; dados quantitativos, inclusive fluxos de comércio, tarifas e preços.

Algumas das atividades do SICE no período 2005-06 se concentraram em: i) promover a transparência por meio da página do Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE) na Internet, que centraliza e divulga informação sobre comércio e assuntos conexos nas Américas; ii) projeto dos Centros de Referência Comercial do Caribe para toda a CARICOM. Desenvolvido para facilitar o acesso à informação nos temas considerados nas negociações comerciais, com a finalidade de aumentar o conhecimento de que se dispõe sobre os temas comerciais nos países do Caribe.

Departamento de Desenvolvimento Sustentável

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, de 14 de fevereiro de 2006, é a entidade da Secretaria-Geral responsável pelo assessoramento e apoio na área

do desenvolvimento sustentável e meio ambiente, em cumprimento aos mandatos decorrentes dos órgãos de governo e das Cúpulas das Américas.

Atividades de Apoio para a Elaboração de Políticas

O DDS prestou assessoramento e apoio técnico-operacional a diferentes eventos regionais, dentre os quais cumpre salientar a Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, por determinação da CEPCIDI por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável. Para essa finalidade, coordenou-se a realização do workshop “Agricultura, Silvicultura e Turismo Sustentáveis”, realizado em São José, Costa Rica, e deu-se continuidade à preparação dos workshops sobre recursos hídricos e gestão de risco de desastres naturais, a serem realizados em 2006.

Também prestou apoio técnico e assessoramento ao Órgão de Consulta Conjunto sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão do Risco, da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI), com o objetivo de dar andamento ao cumprimento do disposto na resolução AG/RES. 2114 (XXXV-O/05). Participou das reuniões desse Órgão, contribuindo para o intercâmbio de experiências e métodos de análise da vulnerabilidade ao risco e dos custos e benefícios de se investir na redução dos desastres naturais.

Elaboração de Projetos, Programas e Atividades

O DDS continuou a prestar assistência aos países na formulação, elaboração e execução de políticas, projetos e programas, em especial para fazer face aos desafios que os Estados membros devem enfrentar quanto ao desenvolvimento integral dos recursos hídricos, sobretudo nas bacias fluviais internacionais; ao desenvolvimento sustentável das zonas fronteiriças; à gestão de áreas costeiras e adaptação à mudança climática; à conservação da diversidade biológica; à gestão ambiental e econômica; à redução de desastres naturais; à energia sustentável e à eficiência energética; e à participação pública. Enumeram-se a seguir as ações e projetos que constituem esta área. Consultas mais pormenorizadas poderão ser feitas mediante o acesso a www.oas.org/dds.

- Gestão de recursos hídricos
 1. Implementação de práticas de manejo integrado de recursos hídricos para o Pantanal e a Bacia do Alto Rio Paraguai.
 2. Gestão integrada das atividades terrestres que afetam as áreas marinho- costeiras da Bacia do Rio São Francisco.
 3. Implementação do Plano Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo.
 4. Programa de Ação Estratégico para o Manejo Integrado de Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan.
 5. Estrutura para a gestão dos recursos hídricos da Bacia do Prata com relação aos efeitos hidrológicos da variabilidade e mudança climática.
 6. Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani.
 7. Capacitação na pesquisa e gestão relacionadas com o aquífero transfronteiriço, com vistas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável do Sistema Aquífero Guarani.
 8. Gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas.
 9. Gestão sustentável da terra no ecossistema transfronteiriço do Gran Chaco Americano.
 10. Plano de ação estratégica para a Amazônia brasileira.
 11. Plano de ação para o desenvolvimento integrado do Vale do Paranaíba.
 12. Aperfeiçoamento do manejo de recursos hídricos no Brasil.

13. Preparação e execução dos mecanismos de divulgação de lições aprendidas na gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços.
 14. Rede interamericana de recursos hídricos.
- Gestão do risco de perigos naturais
 1. Programa de Capacitação em Redução de Riscos do Caribe (CHAMP).
 2. Federação de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) – Programa de Avaliação da Vulnerabilidade e Capacidade (VCA) na América Central, com base na comunidade.
 3. Programa de Redução de Desastres das Instalações Universitárias nas Américas.
 4. Técnicas de avaliação de vulnerabilidade.
 5. Mudança climática: Organização das Ciências para a Cordilheira Americana.
 - Conservação e uso sustentável da biodiversidade
 1. Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN).
 2. Sistema de Registro de Propriedade na América Latina e no Caribe.
 3. Desenvolvimento sustentável e conservação biocultural na região fronteiriça entre o Brasil e o Suriname.
 - Gestão de zonas costeiras e adaptação à mudança climática
 1. Atividade sobre mudança climática relacionada com São Vicente e Granadinas.
 - Promoção da energia sustentável
 1. Programa de Energia Renovável nas Américas.
 2. Aliança da América Latina e Caribe para Energia Renovável e Eficiente.
 3. Projeto de Desenvolvimento Geotermal do Caribe Oriental (Geo-Caraïbes).
 4. Iniciativa Global de Energia Sustentável para Ilhas.
 - Direito ambiental, política e economia
 1. Avaliações ambientais e capacitação no contexto do livre comércio.
 2. Avaliações ambientais da Comunidade Andina e da América Central.
 3. Avaliação da sustentabilidade da cadeia produtiva da soja.

Fontes de Financiamento

Uma percentagem considerável (90%) do financiamento do desenvolvimento das atividades e projetos anteriormente citados provém de fontes externas, tais como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), os Estados membros e organismos regionais e internacionais de cooperação. O montante da cooperação técnica administrado anualmente pelo DDS é de aproximadamente US\$10 milhões.

Temas Multissetoriais

O DDS apoiou, nas atividades por ele executadas, políticas e projetos de alcance multissetorial, em áreas como agricultura e turismo sustentáveis, e colaborou com os países na definição das causas dos processos de degradação de terras e dos instrumentos para combatê-los. Por meio dessas ações, contribuiu para

facilitar a elaboração de políticas hemisféricas em assuntos relacionados com a governabilidade de temas ambientais; a inclusão de instituições locais e municipalidades na tomada de decisões e na promoção de mecanismos de participação pública e cívica que propiciem oportunidades a grupos indígenas, mulheres, organizações comunitárias e não-governamentais, a fim de formar alianças na busca do desenvolvimento sustentável.

Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego

O Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE), criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituído por duas seções: a de Desenvolvimento Social e a de Emprego.

No período a que se refere este relatório iniciou-se a elaboração da Carta Social das Américas e, como parte da equipe da Secretaria-Geral encarregada de apoiar as atividades do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI na execução dessa tarefa, prestou-se apoio técnico à elaboração de documentos para as discussões do Grupo de Trabalho.

No que se refere às funções de Secretaria Técnica da Comissão Coordenadora da Rede Social da América Latina e Caribe, que reúne fundos de investimento social e outros organismos de combate à pobreza, prestou-se apoio à coordenação de sua conferência anual, realizada em Cuzco, Peru, em setembro de 2005, administrou-se o fundo voluntário especial e participou-se de atividades de cooperação, dentre as quais se destaca o encontro da Rede Social com autoridades do governo basco em Bilbao, em outubro de 2005.

Em cumprimento ao Plano de Trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES), o Governo do Chile patrocinou, com o apoio do DDSE, o workshop internacional “As Comunidades de Aprendizagem: Experiência do Programa-Ponte “Chile Solidário”, em Viña del Mar, em julho de 2005. O workshop teve a participação de representantes de 23 Estados membros que puderam compartilhar suas experiências em matéria de proteção social. Além disso, desenvolveu-se um projeto de promoção das micro, pequenas e médias empresas e de reflexão sobre seu desenvolvimento como estratégia de combate à pobreza e geração de emprego.

No que se refere ao tema trabalho, foi realizada em 2005 a Décima Quarta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), da OEA, em setembro, na Cidade do México. A Conferência teve grande participação dos Ministros do Trabalho do Hemisfério, de organizações de trabalhadores e empregadores e de representantes de vários organismos internacionais. Os Ministros aprovaram a Declaração e o Plano de Ação do México, que orientam a cooperação hemisférica nas questões trabalhistas. Enviaram, ademais, mensagem à Quarta Cúpula das Américas, que foi inserida na Declaração de Mar del Plata, em que se ressalta a contribuição vital dos Ministérios do Trabalho para a consecução dos objetivos da Cúpula, a promoção do trabalho decente e as políticas de incentivo ao investimento e ao crescimento com equidade.

Como parte dos trabalhos preparatórios da Décima Quarta CIMT, a Secretaria coordenou um amplo processo de negociação, constituído por três reuniões preparatórias e um Foro Virtual, e continuou a fortalecer as atividades dos Grupos de Trabalho da CIMT, que se reuniram em abril de 2005, em Buenos Aires. Promoveu-se e consolidou-se a participação de trabalhadores e empregadores, agrupados nos órgãos assessores COSATE e CEATAL, na Conferência e na Quarta Cúpula das Américas, continuou-se a desenvolver a estratégia de cooperação horizontal entre os Ministérios do Trabalho e estreitaram-se seus vínculos com outros organismos internacionais. Nesse sentido, cumpre salientar o Memorando de Entendimento assinado em setembro de 2005 entre a Secretaria-Geral da OEA e a Direção-Geral da OIT.